

Uma história para reflexão do presidente do senado, Rodrigo Pacheco, e dos 80 senadores da República, no contexto da privatização criminosa e inconstitucional da Eletrobras!

Diante do filho de Deus, Pôncio Pilatos lavou as mãos. A decisão de libertar ou não Jesus Cristo estava no poder de Pilatos como interventor e governador da Judéia. Pilatos lavou as mãos para fugir ou eximir-se de sua responsabilidade. Já se perguntaram quantas vezes, assim como Pilatos, "lavaram as mãos"? Acredito que se tornam um divisor de águas, certas atitudes como a que Pilatos tomou. Jesus Cristo foi julgado, condenado à crucificação e em seu lugar foi solto Barrabás. **"Lavar as mãos" é uma decisão com pouca ou nenhuma implicância moral. É descaso, indiferença, interesses pessoais e certa comodidade.**



Romário

Carlos Portinho

Flávio Bolsonaro

SENADORES DO RIO DE JANEIRO

**A PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS
VAI DEIXAR O BRASIL NO ESCURO!**

**VOTEM A FAVOR DO POVO:
DIGAM NÃO À MP 1.031/21!**

Uma atitude como "lavar as mãos" tem cunho de neutralidade e poderá levar a resultados catastróficos. Muitas vezes encontramos em alguns conflitos, crises ou fenômenos como os que estamos vivendo agora, pandemia do coronavírus e outros desmandos, que dispensam situações como essa de "lavar as mãos". É necessária atitude firme. É importante assumir responsabilidades e seguir em frente sem titubear - atitude de grandes líderes e estadistas.

Lideranças nessas horas de pânico, histeria e ameaças às instituições e ao interesse público precisam estar prontas para defender a sociedade, com decisões firmes e equilibradas. Os líderes democráticos e responsáveis, com suas decisões e posicionamento políticos alinhados, transmitem segurança e confiança a seus liderados, além de alívio, equilíbrio e saúde mental. Em uma família, existem os pais que controlam a sua prole. Em uma cidade, existe o prefeito. Na capital, existe o governador. E no país, existe o presidente da República e os congressistas. Nessas horas, os representantes precisam tomar decisões, resoluções rápidas e encontrar soluções em prol de toda sociedade, rechaçando medidas que prejudiquem os interesses da população e destruição das instituições.

Lamentavelmente, o delicado e complexo tema privatização da Eletrobrás vem sendo tratado com descaso pelo governo Bolsonaro, que por meio da MP-1031/21 propôs ao Congresso Nacional a privatização da maior empresa de energia elétrica da América Latina no momento mais crítico vivido pela humanidade, que é o enfrentamento da COVID-19 e registros de mais de 480 mil mortes no Brasil.



Nada é tão ruim que não possa ser piorado: A MP-1031/21, que além da destruição da Eletrobrás, seu objetivo principal, foi complementada na Câmara com a inclusão de diversos artigos com imposições que encarecem ainda mais as contas de energia e aumentam o custo Brasil - contas de luz, produtos e serviços ficarão mais caros, num país assolado pela inflação e desemprego, tudo isso feito pelos deputados federais em completa dissonância com os interesses de seus representados - o povo, os seus eleitores e os consumidores.

O Senado Federal é a casa alta do Congresso Nacional, e pela natureza de suas atribuições, concedidas pelo legislador constituinte de 88, espera-se que sua composição seja de políticos experientes, dotados de bom senso e capacidade para análise e decisão dos grandes temas da República.

A sociedade brasileira já entendeu os objetivos maléficos que permeiam a MP-1031/21 e volta suas atenções para cada um dos seus senadores como bastiões da coisa certa, defensores dos interesses dos estados e da sociedade, preocupados com a promoção da integridade ética e moral no trato da coisa pública!

A MP-1031/21, com base na sua inconstitucionalidade, propicia o direcionamento de centenas de bilhões de recursos para um seleto grupo de acionistas minoritários, que já estão alojados no coração da empresa à espera da autorização do Congresso Nacional para se apoderar do controle

da Eletrobras e começar a saquear os bolsos dos consumidores e população brasileira - caso ocorra, será o maior crime lesa-pátria já praticado.

Com a palavra, os 81 excelentíssimos senadores da República, representantes dos estados: Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Tocantins, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Pará, Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima, Acre e Distrito Federal.

Compartilhe esse informe com os colegas!

Juntos somos sempre mais fortes!

ASSOCIE-SE A AEEL ([clique aqui](#)) OU AO SINDICATO DE CLASSE (links nas logos abaixo).

A Diretoria, em 15 de junho de 2021.

Associação dos Empregados da Eletrobras – AEEL

